

GENEALOGIA DO JORNALISTA ECONÔMICO NA PRODUÇÃO DO “ECONOMÊS”

Rebecca Lucena Ramos (IC) e Marcelo José Abreu Lopes (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

Este artigo é sobre a história do jornalista econômico no Brasil na construção de um dialeto próprio da editoria, o “economês”, a linguagem do oficial e da técnica. É um estudo baseado na análise de uma notícia do acervo do ‘O Estado de S.Paulo’ que procura entender como essa linguagem foi constituída e apresentada pelos jornalistas no período que fomentou a maior ascensão da cobertura econômica no país: o início do “milagre econômico” precedendo o governo Médici (1969-1970). Utilizaremos para essa análise o método genealógico proposto por Michel Foucault (2010), que rompe com a ideia de história linear e compacta, percebendo o contexto histórico do início do “milagre” em toda sua capilaridade, complexidade e relacionando o jornalista com um hábito profissional que possibilitou a criação dessa linguagem própria com o intuito de se diferenciar dos demais jornalistas e se autoprofissionalizar. Ou seja, é um artigo que não procura demonstrar um consenso sobre o período ou sobre o “economês”, mas demonstrar as marcas que atingiram o jornalista econômico na construção de uma narrativa política. Este artigo demonstra a necessidade em estabelecer as discordâncias, as oposições das “verdades”, o saber histórico das lutas que constituíram e está presente no “economês” e na notícia econômica. Concluindo que a “nãooposição”, a “isenção” do jornalista quanto ao que é noticiado se torna um viés político por causa desse hábito profissional. Por isso esta análise é necessária, pois levanta um questionamento de como se noticia economia no Brasil.

Palavras-chave: Genealogia foucaultiana. Jornalismo de economia. Epistemologia.

ABSTRACT

This article regards the history of economical journalism in Brazil and the construction of its proper official and technical language, the “economês”. This study is based in the analysis of one new from the “O Estado de São Paulo” collection, intending to understand how was this specific language constituted and presented by the media in the time of the ascension of economical journalism coverage in the country: The beginning of the so called ‘Economical Miracle’, preceding the Médici administration (1969-1970). For this analysis we will utilize the genealogical method proposed by Michel Foucault (2010), that disconnects from the idea of a linear and compact history, taking in consideration the historical context of the “miracle” in its

capilarity and complexity, linking the journalist to and professional habit that enabled the construction of it's own language in order to differentiate itself from other in the industry and to self-professionalize. With that said, this article has no wish to demonstrate a consensus regarding said historical period nor the 'economês' itself, but to demonstrate the marks left in the economical journalism in the matter of the constrution of a political narrative. This article seeks to demonstrate the necessity of establishing the contradictory, and opposing views of the "thuth", the historical knowledge of the political struggle that constituted and shows itself in this language and the economical news. Concluding that the 'non-opposition' and the journalists' seeking for neutrality regarding what is veiculated is a political statement because of said professional habits. The relevance of this analysis is the questioning of how is veiculated the economical news in Brazil.

Keywords: Foucault's genealogy. Economics journalism. Epistemology.

1. INTRODUÇÃO

Este é um estudo do jornalista econômico no Brasil como um indivíduo perpassado por relações de poder históricas que o constituem e afetam sua produção simbólica, a notícia econômica. Quais são as marcas sutis sobre o sujeito jornalista que forma o arcabouço fundamental do “economês” na história do jornalismo econômico no Brasil?

O objeto de estudo é o “economês”: A linguagem específica e legitimadora da própria comunidade, o mais claro produto, o extrato das relações de poder, que teve e ainda tem uma importância nas redações da editoria.

Estudando como essas relações afetam o jornalismo de economia, a análise se desenrola a partir de como a sociedade e o próprio jornalista legitimaram essa linguagem. Entendo que a metodologia criada para ditar a construção da notícia que conhecemos hoje de modo algum é isenta de bagagem simbólica e cultural, pelo contrário. Ela pode se apresentar com um viés científico e instrumental, mas está sob a tutela de uma ideologia, que podemos dizer que é de colocar em ordem o caos moderno, pensamento propriamente Comtiano sobre o Positivismo.

Os jornalistas econômicos foram engessados em uma maneira de noticiar além dos próprios critérios de noticiabilidade. Como os protagonistas desse estudo, eles não são atores isolados e distantes de seu contexto, mas sim participantes de uma comunidade interligada e estratificada que incorporaram o “economês” como uma natureza própria daqueles que se dizem noticiar economia.

Michel Foucault (2010) estabeleceu um estudo complexo sobre a genealogia do sujeito e as suas relações com o poder desde a era clássica. Ele explica que não existe uma “nãooposição”, uma “isenção” de um indivíduo. O sujeito está forçosamente em algum campo de poder, em uma constante disputa. No caso do jornalista econômico, a citação de dados, as falas oficiais de economistas e autoridades, também não representará essa isenção ou um “não lugar” de disputa, afinal, o jornalismo não é simplesmente citar informações baseados em fontes. Há defesa de um ponto de vista.

Todavia, essa não é uma resposta reducionista, porque a autonomia do jornalista não se dá em “preto e branco”, mas em “tons de cinza”. Desmistificar o “economês” como apenas *habitus* profissional e entender o jornalista econômico como sujeito de produção de verdades sociais é principal objetivo deste estudo.

Para tanto, analisaremos uma notícia econômica do jornal *O Estado de S. Paulo* no ano de 1969 por meio da genealogia proposta por Michel Foucault (2010).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Ao tratar a experiência contemporânea, o princípio positivista operante apresentou ser um reduto confortável para os meios de comunicação. Com a tentativa de oferecer um relativo objetivo e verdadeiro, o jornalista induziu a ideia de que o mundo poderia ser algo avaliável, utilitário, preciso, absoluto, e subordinou a notícia jornalística à uma proposta de objetividade. (MEDINA, 2008).

Michel Foucault (2014a, p.16) assinala essa curva ascendente do Positivismo no decorrer da história como a *vontade de verdade*, que encontra apoio em instituições como a indústria jornalística. Isso significa que uma vontade pelo saber passaria por um “nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis”, como se a verdade tivesse sua própria história, longe do sujeito cognoscente e dos investimentos matérias, técnicos e instrumentais que a ele ocorre. É a tentativa de buscar ser unicamente dependente “de uma ideia singular, reconhecida como *verdadeira* e provida de existência autônoma da do sujeito” (ITUASSU, 2005, p.88).

A objetividade é uma questão epistemológica e se apresenta como um princípio Positivista no Jornalismo dando “garantia aos operadores da informação jornalística (...) [por meio de] um relato da ordem natural das coisas, o ingrediente pragmático” (MEDINA, 2008, p. 25).

“Segundo a interpretação ortodoxa”, o conceito de objetividade, “pode ser entendido como neutralidade ou separação dos fatos dos valores e da opinião” (ITUASSU, 2005, p.87) e a busca pela verdade no discurso de objetividade é interpretada como um atributo favorável da produção industrial na comunicação, como assinala Edgar Morin (1997, p.13), tanto que serviu ao “progresso ininterrupto da técnica” sacrificando a subjetividade.

É mais conveniente a padronização, um molde a se colocar uma notícia, para se institucionalizar a vontade da verdade de acordo com fins políticos e mercadológicos, do que um pensamento complexo em torno dos acontecimentos que permeiam a sociedade.

Na perspectiva da Economia Política, Arthur Ituassu (2005, p.88) diz que essa ideia de *vontade de verdade*, a objetividade, serve como uma tática - bem-sucedida – e utilizada pelos meios de comunicação para maximizar sua audiência e aumentar seu potencial de mercado.

Por trás do discurso objetivo existe um controle, uma seleção, uma organização e uma redistribuição de um “certo número de procedimentos que têm por função conjurar poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório” (FOUCAULT, 2014a, p.8). E é por isso que “não há, filosoficamente, mais espaço (há muito tempo, diga-se de passagem) para a

representação de um sujeito objetivo que procura fazer observações isentas” (ITUASSU, 2005, p.93) como a objetividade induz pensar.

Medina (2008, p.17) nos diz que o jornalismo construiu sua linguagem no Positivismo possibilitando com que “as formas de captação do acontecimento noticioso, bem como as formas de edição da narrativa da contemporaneidade”, fossem disciplinadas (p. 24). Foucault (2014a, p.34) definiu a essa disciplina como um controle da produção do discurso que lhe fixa limites em um jogo que tem uma forma de “reatualização permanente das regras”.

Neste jogo, a intenção é de determinar as condições de funcionamento do sistema de relações e serve para impor aos indivíduos o pronunciamento de certos números de procedimentos e “assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles”, pois, “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (2014a, p.34-5).

Toda essa disciplina representa algo bem específico, “trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições” e seu campo de atuação se coloca entre os “grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças” (FOUCAULT, 2014b, p.30).

A disciplina se apresenta como uma concentração técnica e “a essa concentração técnica corresponde [também a] uma concentração burocrática” (MORIN, 1997, p.24). Pierre Bourdieu (2009), chamaria a isso de *habitus* profissional

O *habitus* como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista), o *habitus*, a *hexis* indica a disposição incorporada, quase postural (BOURDIEU, 2009, p.61)

O *habitus* profissional tem tanto poder nos discursos que filtra a notícia “submete-a a exame antes que ela chegue às mãos daquele que decide: o redator-chefe”. É ele que determina, no final, as condições de funcionamento do campo jornalístico e impõe aos indivíduos certo número de regras, fazendo assim com que nem todo mundo tenha acesso. É uma ação incorporada que imprime o sujeito “entre o poder burocrático e o poder técnico” (MORIN, 1997, p.25).

O *habitus* não se implica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, mas ele investe sobre o sujeito, “passa por eles e por meio deles; apoia-se neles” (FOUCAULT, 2014b, p.30). A incorporação do que hoje são os conceitos fundamentais do Positivismo no Jornalismo, como a “noção do real e a relação objetiva”, “a tendência para diagnosticar o acontecimento social”, “a ênfase na utilidade pública”, “o tom afirmativo”, “a

busca obsessiva pela precisão dos fatos”, a “fuga de abstrações” e a “delimitação de fatos determinados” (MEDINA, 2008, p. 24-25), “resulta em um controle implícito no trabalho dos repórteres e editores” (SILVA, 2013, p.74), é o mecanismo de inserção da ideologia positivista nas vísceras da imprensa moderna com fins políticos.

Bernardo Kucinski (1996, p.173-4) diz que isso se torna uma ética, “conjunto de valores que implicam regras específicas de conduta e responsabilidade pessoal do jornalista pelo seu trabalho”. Uma ética, ou um *habitus* profissional, que implica “uma dimensão psicológica, a dos sentimentos e virtudes do indivíduo jornalista”.

O *habitus* se apresentará com particularidades diferentes em cada editoria do Jornalismo por existir propriedades de posição que o modificam na prática profissional. Ele é identificado, portanto, pelos traços prestigiosos, aquilo que simboliza “mais claramente a posição diferencial dos agentes na estrutura social”, como por exemplo: roupa, pronúncia ou linguagem (BOURDIEU, 2015, p.14). No jornalismo de economia ele apresentará “algumas características específicas que o diferenciam do restante da cobertura jornalística” (LENE, 2013, p.25), a sua linguagem.

O “economês” tornou-se a propriedade essencial do sujeito que se diz jornalista econômico, como uma espécie de natureza, “mas que é paradoxalmente uma natureza cultivada, uma cultura tornada natureza” (BOURDIEU, 2015, p.16).

Bernardo Kucinski (1996) diz que o “economês” é uma disfunção de linguagem que tem por função uma ação ideológica. Escrever sobre economia, segundo o autor, “se define num outro plano de saber que não o do saber convencional (...) devido à sua instrumentalização ideológica” (p.14). Veja como o “economês” pode servir a uma ideologia:

Eufemismos como “crescimento negativo” têm motivações ideológicas. As elites dominantes esmeram-se em criá-los para camuflar os conteúdos de suas políticas econômicas. Os eufemismos emasculam a linguagem jornalística. Fala-se em “plano de ajuste econômico” em vez de plano recessivo, ou “livre negociação de salários” para designar o seu oposto, a proibição à livre negociação; em “fundo de garantia” para designar o sistema que acabou com a garantia no emprego (KUCINSKI, 1996, p.169).

O jornalista, nesse contexto, trava um conflito epistemológico entre sua própria autonomia e o automatismo estabelecido no *habitus*. Neste conflito, todavia, poderemos “decifrar a verdade, denunciar as ilusões e os erros” pelos quais nos fazem acreditar que estamos num mundo ordenado e pacificado” (FOUCAULT, 2010, p.45).

A pergunta a ser feita não pode ser simplista e responder apenas como o *habitus* profissional chegou a ser o que é, mas sim como ele foi construído socialmente, para que lhes

tivesse sido possível ocupar tal posição no jornalismo. Se não houver um processo de averiguação, correremos o risco de aceitar o *habitus* tal como aparenta, apenas ações não calculadas de um sujeito automatizado, e esvaziá-lo do discurso e “de todo o impensado social, ou seja, desde os automatismos da linguagem até as significações reificadas que veicula” (BOURDIEU, 2015, p. 197).

A análise não é a partir de um sujeito “que seria ou não livre em relação ao sistema” de coerções (FOUCAULT, 2014b, p.31), mas entender como que por meio desse sujeito, afetado pelos processos e lutas nas relações sociais, uma disciplina se exerceu no jogo discursivo do campo jornalístico. É necessário estabelecer o saber histórico de luta do “economês” a partir da constituição de oposições de verdades, observar como ele vem sendo um instrumento sistematizado que opera nas atuais táticas políticas.

3. METODOLOGIA

A genealogia pode trazer ao debate do porquê se é feita a separação entre o sujeito e a sua produção noticiosa na cultura ocidental. Levando em consideração que mesmo que o *habitus* profissional seja legitimado socialmente como um saber incorporado que dispensa “a ação calculadora da consciência” (SILVA, 2013, p.76), não apresenta de modo algum uma passividade, pois, ele se impõe aos sujeitos “como um sistema de regras absolutamente necessárias em sua ordem, irredutíveis tanto às regras do jogo quanto às intenções particulares dos sujeitos (BOURDIEU, 2015, p. 25).

A notícia, apresentada ao mundo como a realidade única e verdadeira, exclui as outras realidades do mundo complexo, negando o essencial: o público jamais saberá os critérios usados que levaram o jornalista a enxergar o acontecimento de determinado ângulo, por exemplo, “na ideologia do jornalismo econômico, especificamente, influem muito as teorias econômicas dominantes em cada período” (LENE, 2006, p. 12).

E para estudar esse processo de construção do “economês”, a abordagem genealógica proposta por Michel Foucault (2010) assume a impossibilidade de instituir a apenas um indivíduo a culpabilidade de um dialeto coletivo, ou até mesmo achar um ponto inicial histórico da prática. A genealogia se opõe a essa pesquisa de origem. Trata-se, por sua vez, de descobrir as marcas sutis e singulares, que podem se entrecruzar, formar uma rede, mas que é difícil de desembaraçar.

Excluindo o discurso englobante da teoria, a genealogia não teme ser um saber de perspectiva, mas é a consciência de que não se abrangerá todas as nuances que constituíram

o fato. Reconhece as marcas do sujeito no discurso, preenchendo a história de sentimento, consciência e instinto, para assim fazer o contorno do indivíduo protagonista e não do fato. Demonstra a heterogeneidade naquilo que parecia estar em conformidade consigo mesmo, as elaborações de sentido por trás das histórias que se entrecruzam, por vezes desconexas, porém intrinsecamente amarradas. Ela é o método que se utiliza para fragmentar o que se pensava unido no positivismo (FOUCAULT, 2010).

Para tal estudo, foi analisada uma notícia econômica do jornal 'O Estado de S.Paulo'. A escolha do veículo se deu pela tradição na editoria de economia e a sua periodicidade, contando com a facilidade em acessar ao acervo online.

Foram analisadas notícias publicadas aos domingos no período de Janeiro à Setembro de 1969, mas apenas uma foi escolhida para representar a fomentação, o início da cobertura do que viria a ser o "milagre econômico". A proposta do período de análise foi estabelecida antes de Emílio Médici assumir a presidência em 30 de Outubro de 1969 para tomar a precaução em não personificar sobre ele ou estabelecer uma origem, um ponto inicial, sobre o fenômeno econômico da época.

A discussão a seguir deve responder, portanto, à quatro perguntas básicas: como o "economês" se institucionalizou no período? Quais foram os objetivos da inserção do "economês"? Como o "economês" se mascarou dentro das notícias? E por fim, qual a responsabilidade do jornalista na produção da notícia que se utiliza do "economês"?

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

A memória bruta do combate entre as elites dominantes do pensamento econômico e a população se encontra no "economês". O "economês" é a própria luta de classes. Ou seja, o que se deveria entender na economia sempre esteve nos jornais, encoberto, escondido, subjugado em uma linguagem difícil, uma linguagem do oficial, uma linguagem de dados e estatísticas, para que aceitemos as diretrizes hegemônicas como a única verdade relatável.

A editoria econômica se tornou tão importante que o próprio "economês" ganhou ainda mais destaque "não só porque as notícias sobre política sofriam forte censura, mas também porque a economia havia se tornado um dos temas centrais do regime militar" (LENE, 2013, p. 49). Além disso, os jornalistas econômicos recebiam privilégios dentro das redações e constituíram para si mesmos um *habitus* profissional diferenciado pela linguagem.

Na figura 1, por exemplo, vemos o tratamento diferenciado que as notícias econômicas receberam. Na primeira semana de Janeiro de 1969, ainda no governo de Costa e Silva

(1967-1969), o país se encontrava diante de um quadro econômico recessivo “fruto da política antiflacionária do governo anterior”, de parâmetro liberal e conservador, centrado no arrocho salarial (FERREIRA, 2011, p.3).

Desta forma um matéria com o título como este, “Os índices são positivos” (figura 1), serve como uma legitimação de um governo militar que antes só tinha a promessa de recuperação econômica e não mostrava efetivas mudanças para a classe média.

Figura 1.



O “economês” foi utilizado como ferramenta para essa legitimação, no momento em que o governo mais necessitava, pois “alcançar taxas mais altas de crescimento econômico” era o principal objetivo da equipe econômica deste período, no momento em que os reajustes salariais concedidos, concomitantemente com o aumento do custo de vida, fizeram com que os salários da época sofressem um corte de pelo menos 25% no poder de compra (FERREIRA, 2011, p.2). Então como construir uma narrativa que abarcasse o desejo político por legitimação junto com a classe média?

De maneira nada inocente, a notícia é baseada no boletim econômico de Dezembro de 1968 do Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA) que media o índice do custo de vida na Guanabara, território que existiu no atual município do Rio de Janeiro. O IPEA merece uma atenção epistemológica por ele ser uma fundação vinculada ao ministério do Planejamento cuja presença de economistas ligados ao governo militar era enorme e quase majoritária.

Maria Rita Loureiro (2006) destaca que “no Brasil, os economistas não agem apenas como assessores ou funcionários burocráticos, como é predominante em outros países. Eles atuam também como dirigentes políticos”, sendo resultado de uma construção institucional realizada por uma elite ao longo de várias décadas e não como um produto natural (p.346). Portanto, a presença dos economistas nos órgãos público e nos noticiários fazem parte de uma relação de poder que é mascarada na tática do “economês”.

Ao produzir a notícia (retratada na figura 1) o jornalista se utiliza dos dados como recurso discursivo para sua argumentação, até mesmo aparentando só “colar” dados na matéria, mas seu trabalho é conscientemente baseado na visão de mundo liberal que representou a economia do governo militar. Podemos até identificar as linhas econômicas defendidas pela elite do pensamento econômica da época na matéria, como: a defesa da livre empresa na esfera econômica e o próprio otimismo noticioso presente - descartando as crises sistêmicas e suas disfunções - publicando apenas notícias positivas sobre o desempenho da economia.

Essa ideologia é tão latente nesta matéria que a continuação dos dados são referentes basicamente ao índice de empregos industriais, oferecidos pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e os preços por atacado divulgados pelo IPEA. Ou seja, fontes institucionalizadas.

O jornais em uma escolha deliberada, noticiou o capital em detrimento à uma parcela específica da sociedade, tal parcela que representa sujeitos que fazem parte de uma porcentagem que não se enquadram na indústria do consumo. É interessante observar que

há um investimento no fortalecimento das instituições como o IPEA, pois por meio delas que se consolidam mais ainda as técnicas de dominação social e de consumo.

O interessante, é que a compreensão genealógica percebe que não é sobre os órgãos como o IBGE, o IPEA, ou a própria FIESP que se deve direcionar o olhar, mas a proposta é de não considera-las de dentro, mas de sim a partir da intenção de poder concentrada no interior de suas práticas reais (FOUCAULT, 2010, p.25) em como seus dados e estatística são as máscaras políticas da elite.

Ou seja, o jornalista escrevendo com o “economês” pode denominar, provisoriamente, o campo de aplicação em que elites dominantes implementam e produzem efeitos reais de poder e dominação sobre a sociedade. Esse poder e dominação se institucionalizou e se inseriu através de falas dos economistas e seus índices e estatísticas aparentemente neutros e descoladas de um contexto processual. Porém, nelas existe um conteúdo ideológico, uma interpretação.

Por exemplo, o jornalista faz questão de reforçar a objetividade do enunciado quando diz “concluem os técnicos do ministério do Planejamento” sobre as medidas do crescimento defendido. Todavia, não é uma visão técnica, é uma interpretação sobre processos que tangem a economia do período, ou seja, é o “economês” presente nessa objetificação da narrativa que esconde e mascara uma interpretação ideológica das elites dirigentes.

Uma elevação, segundo a própria matéria, de “apenas 0,9%” foi considerada importante por que? Bernardo Kucinski (1996, p.21)) diz que processos e sistemas econômicos “são singularizados pela linguagem jornalística”, só que ele diz que esses episódios econômicos precisam ser interpretados à luz das leis e relações econômicas. Entretanto em momento algum, a matéria correlacionou questões teóricas da conjuntura econômica, pelo contrário, ela brevemente fala sobre um “desequilíbrio orçamentário”, mas nega ao leitor a qual desequilíbrio processual que o jornalista se referiu dentro de um contexto político e social e isto é uma responsabilidade do jornalista que prefere esconder as motivações político e ideológicas mascaradas no “economês”, confinando sua linguagem aos dados.

O jornalista tem sobre si a responsabilidade de ser o intermediário, aquele que transita entre as instituições técnico-burocráticas e o leitor. É um processo que vai além da dominação sobre o jornalista, condizendo mais com um *habitus* profissional do que uma relação de violência. Ao colocar o “economês” em sua matéria, o jornalista recebe dentro das redações grande prestígio, ele acaba ocupando importantes espaços na imprensa, inclusive contando com o aumento do próprio número de páginas dos cadernos de economia durante a ditadura

(LENE, 2013, p.61), pois, as editorias econômicas serviam como vitrina institucional do governo.

O uso de técnicas de objetificação, como o próprio “economês” se exerce em uma rede e, “nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos” (FOUCAULT, 2010, p.26).

O jornalista que escreveu a matéria da figura 1 se submeteu não só a um *habitus* profissional que institucionaliza uma linguagem como o “economês” para se beneficiar, mas também sente sobre si a intenção de poder de instituições como o IPEA, de caráter governamental, como também o interesse de empresas privadas sobre o conteúdo que circula na editoria de economia, como a FIESP.

“Até o segundo semestre de 1969, a própria política econômica do regime não se mostrava segura na avaliação do processo em curso; as ambições explicitadas não iam além da recuperação da trajetória histórica de crescimento” (MACARINI, 2005, p.58 apud FERREIRA, 2011, p.3), o que isso quer dizer? Até o governo não se sentia totalmente seguro em suas políticas econômicas que deveriam responder sempre aos interesses do Ethos do empresariado.

Essa matéria, por sua vez, ela demonstra como desembocará a cobertura do “milagre econômico”. Primeiramente por que “o novo noticiário econômico não tratará de questões polêmicas” (QUINTÃO, 1987, p.79 apud LENE, 2013, p.48) e também porque a postura a partir desses índices, passou a ser em “apostar alto, em consonância com as aspirações políticas do novo governo. Assim surgiria sob amplo uso da propaganda política, o discurso de tornar o Brasil numa grande potência” (FERREIRA, 2011, p.5).

Segundo Foucault (2010), o âmbito da dominação gera formas de sujeição efetivas que “fabricam sujeitos”. Não há sujeito neutro. Tampouco, jornalista neutro. Ao se utilizar do “economês”, entra-se numa guerra. “Uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira, contínua e permanentemente, e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós num campo ou no outro (...) Somos forçosamente adversários de alguém” (p. 43).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo este aparato disciplinar descrito sobre o discurso envolve o jornalista intimamente no maquinário de poder e dominação de uma classe econômica, social e política sobre a outra.

A “não-posição”, a “isenção” do jornalista quanto ao que é noticiado se torna um viés político por causa do *habitus* profissional. Por isso é necessária uma análise, um questionamento de como se noticiar. Reavaliar o jornalista como um agente social afetado por uma ação disciplinar, uma maneira de agir e ser, que vai muito além dele e que seja “contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituições e ao funcionamento de um discurso científico” (FOUCAULT, 2010, p.10) simplesmente ao questionar dados e estatísticas tão fáceis de se encontrar.

Se não houver essa averiguação, correremos o risco de aceitar o notícia tal como aparenta, e o *habitus* como apenas ações não calculadas de um sujeito automatizado e esvaziá-lo “de todo o impensado social, ou seja, desde os automatismos da linguagem até as significações reificadas que veicula” (BOURDIEU, 2015, p. 197).

Por isso, “o jornalismo e os jornalistas devem tanto assumir como deixar claro ao público que a prática é bem mais subjetiva do que boa parte do senso comum acredita” (ITUASSU, 2005, p.94), até mesmo no jornalismo econômico, pois não são apenas dados e falar oficiais.

E também entender que não devemos fazer a análise a partir de um sujeito “que seria ou não livre em relação ao sistema” de coerções (FOUCAULT, 2014b, p.31), mas entender como que por meio desse sujeito, afetado pelos processos e as lutas nas relações com as elites técnico-burocráticas, a disciplina do Positivismo se exerceu sobre o jogo discursivo que permeia o campo jornalístico.

Foucault (2014b) diz que todo sujeito, “é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes (...) que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (p. 134). O jornalista não consegue ser autônomo em suas palavras, eles obedecem cartilhas e métodos a serem seguidos pelo campo profissional, o método que como vimos, é positivo-funcionalista.

No entanto, isto não se restringe apenas ao jornalista, todos os produtores de discursos sofrem interdições, sabendo que não se tem “o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2014a, p.8).

É o momento do verdadeiro produtor do discurso retomar a realidade para si e fazer dela sua experiência pessoal, e também nacional, regional, local, incapaz de unanimidade, em uma “insurreição dos *saberes sujeitados* (...) conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais” (FOUCAULT, 2010, p.8). É fazer com que as palavras e como as usamos, seja uma forma de protesto ou “de luta

contra as formas dominantes de linguagem, de pensamento e de subjetividade” (LARROSA, 2015, p.10).

O jornalista aceitando sua própria subjetividade e complexidade, percebendo o acontecimento como Foucault (2014a) diz como um acontecimento trêmulo, que “não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo” e não pertencente à ordem dos corpos” (p.54), é desenterrar na produção da notícia a sutileza artística de tecer uma informação para além dos entulhos positivistas e de um *habitus*.

Há “uma espécie de temor surdo” sobre os acontecimentos, de surgir nos enunciados tudo “o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem” (FOUCAULT, 2014a, p.48), o temor de a notícia servir à uma experiência pessoal para o leitor. Tal experiência que “não pode pedagogizar, nem didatizar, nem programar, nem produzir” e que não fundamenta-se em nenhuma técnica (LARROSA, 2015, p.13). O temor de se produzir notícias que retratam a “vida que treme, ou se quebra, ou desfalece” (p.13).

Para o jornalista retomar sua preocupação em “ser” dentro de sua própria notícia. Será necessária uma nova epistemologia e ética, completamente diferente do Positivismo, um novo lugar em que “o sujeito passional tem também sua própria força, e essa força se expressa produtivamente em forma de saber e em forme de práxis”, distinto do saber científico da técnica e do trabalho habitual (LARROSA, 2015, p.30).

Esse articular a experiência vivida na construção de seus histórias será o resgate de um sujeito, que outrora, entrou no campo da padronização do mercado. Possivelmente, o jornalista que tinha “uma certa liberdade relativa de atuação”, mas era esvaziado de sua responsabilidade de agente social (ITUASSU, 2005, p.88) tornará a ter sentido novamente

“no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo” (LARROSA, 2015, p.32).

6. REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Difel, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FERREIRA, Rafael Leite. O milagre brasileiro (1969-1973): a legitimação pela eficácia. **História e História**, v. 2011, p.1-26. 2011.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014b.

ITUASSU, Arthur. **Epistemologia e jornalismo: a falência da objetividade**. Alceu – v.6 – n.11 – p.87 a 95. 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: Edusp, 1996.

LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LENE, Hérica. Os meios de comunicação e a construção do verdadeiro no campo econômico. Revista da Associação Nacional dos programas de pós-graduação em comunicação - **Compós**, Rio de Janeiro, p. 2-24, abri. 2006

LENE, Hérica. **Jornalismo de economia no Brasil**. Cruz das Almas: UFRB, 2013.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

SILVA, Marcos de Paula da. As dissonâncias cotidianas nas rotinas dos jornais: o habitus jornalístico e a atribuição de um sentido hegemônico às notícias. **Estudos em jornalismo e mídia**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.69-84, jan-jun. 2013.

Contatos: rebecca.lucena@hotmail.com e marcelojose.lope@mackenzie.br